



**7º Encontro Internacional de Política Social**  
**14º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao  
capitalismo em crise  
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

---

Mesa Coordenada Transformações do trabalho e desafios humanos e socioambientais.

**TRABALHO, TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA E  
DESAFIOS ATUAIS PARA A CLASSE TRABALHADORA**

**Márcia Regina Botão Gomes<sup>1</sup>**

**Resumo**

O presente artigo apresentará uma síntese sobre a importância da categoria trabalho na constituição do ser social, complexificação das relações de trabalho na sociedade moderna e reflexões referentes às transformações do trabalho a partir da década de 1970 nos países centrais e 1990 no Brasil, intensificadas nas primeiras décadas do século XXI. No conjunto de transformações serão destacados os processos de reestruturação produtiva e desafios centrais para a classe trabalhadora no estágio atual do capitalismo.

**Palavras-chave:** Trabalho, Reestruturação Produtiva, Desafios para a classe trabalhadora.

**Abstract**

This article will present a synthesis on the importance of the work category in the constitution of the social being, the complexification of labor relations in modern society, and reflections on the transformations of labor from the 1970s in the central countries and 1990 in Brazil, intensified in the first decades of the 21st century. In the set of transformations will highlight the processes of productive restructuring and central challenges for the working class in the current stage of capitalism.

**Keywords:** Labor, Productive Restructuring, Challenges for the working class.

**Introdução**

Este texto apresentará uma síntese sobre a importância da categoria trabalho na constituição do ser social considerando a complexificação das relações de trabalho na sociedade moderna e algumas reflexões referentes às transformações do trabalho ocorridas a partir da década de 1970 nos países de capitalismo central e 1990 no Brasil, intensificadas nas primeiras décadas do século XXI. No conjunto de mudanças serão destacados os processos de reestruturação produtiva e desafios principais para a classe trabalhadora no estágio atual do capitalismo.

O ponto de partida de nossas reflexões conforme indicado será a categoria trabalho na sua dimensão ontológica, como fundante do ser social e a sua centralidade na vida humana até os dias atuais, pois a humanidade pode modificar o trabalho, mas jamais

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social, professora do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio. E-mail: <mrbotao@yahoo.com.br>, <marciareginabotao@gmail.com>; <marciabotao@puc-rio.br>.

poderá abdicar dessa atividade, portanto as teses sobre o fim do trabalho desenvolvidas principalmente após a crise do capital desencadeada a partir de 1970 apresentam uma confusa interpretação sobre trabalho e emprego. Antunes (1998, 1999, 2018), dentre outros pesquisadores, vem nos esclarecendo a importância da centralidade da categoria trabalho para a formação humana e o seu sentido para manutenção da vida.

O que hoje conhecemos como ser social, foi constituído a partir da relação estabelecida na transformação da natureza mediada por instrumentos – o trabalho. O seu desenvolvimento como um ser mais amplo em relação aos demais seres vivos se deu por meio dessa atividade. O trabalho por mais que possa parecer individual em algumas formas de produção é e sempre será uma atividade social.

Na sociedade moderna as relações de produção e reprodução social se complexificaram nesse período histórico, o trabalho assume a função principal de produzir mercadorias com valor de uso e valor de troca. Os trabalhadores em grande medida passam a ocupar um lugar subordinado e alienado do seu modo de ser na sociedade e com isso, a condição de subordinação do trabalhador ao longo dos anos adquirem características diferenciadas a depender da conjuntura política, econômica, histórica e posição social ocupada pelos países. As relações capitalistas estabelecem configurações de mercado de trabalho, direitos sociais desiguais no mundo, influenciando o modo de vida dos sujeitos.

### **Trabalho e Desdobramentos na Sociedade Moderna**

A categoria trabalho na sua dimensão ontológica, explica a formação do ser social que se destaca da natureza e ao se desenvolver socialmente, a partir de um salto qualitativo, torna-se um ser mais amplo, com novas capacidades para além do trabalho. Isso significa que o trabalho é fundante do ser social, mas não limita o ser humano ao desenvolvimento do trabalho, outras potencialidades surgem a partir dessa capacidade. Nesse processo não houve um rompimento completo do homem com a natureza, tampouco com o trabalho. Nessa relação homem-trabalho-constituição do ser social, ocorre uma processualidade conforme afirma ANTUNES (1999). Nesse sentido, a dimensão natural dos seres humanos permanece e se relaciona com a dimensão social.

Lukács (2013), em sua produção “Para uma ontologia do ser social”, mais especificamente no capítulo que destina ao trabalho, com base em Marx, afirma que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, uma vez que os processos teleológicos

- ou a capacidade de ideação prévia do resultado final de uma atividade - são restritos à práxis humana. Esta constitui uma das principais diferenças dos animais que desempenham suas atividades, exclusivamente a partir de causalidades determinadas pela natureza, sem uma finalidade pensada.

No trabalho humano, causalidade e teleologia podem formar uma unidade. Pois o trabalho consiste na manipulação da causalidade natural, supondo um porvir teleológico. Assim, o aprimoramento dos meios de apropriação da natureza originou a consciência, a linguagem e outras dimensões humanas, ou em suas palavras, criou novos complexos que compõem a sociedade.

A relação estabelecida entre o ser social e a natureza é uma relação ativa e não subordinada, como nas demais espécies. O elemento diferenciador específico é a teleologia, ou seja, as atividades desempenhadas pelo homem pressupondo uma finalidade. Dessa forma, a análise entre teleologia e causalidade física ou biológica tornou-se indispensável para Lukács. Este autor esclarece que a consciência do ser social é criativa, não consiste meramente em adaptações à natureza. Muitas vezes, ao contrário, os seres sociais adaptam a natureza às suas necessidades. Um exemplo dessa característica humana pode ser identificado na ciência e nas técnicas como mecanismos de apropriação e transformação da natureza pelos homens. O que não significa que não haja risco na relação homem-natureza.

Para o autor, o ser social é um complexo de complexos; e o trabalho é um dos complexos presentes na vida humana. Em suas análises, refere-se ao trabalho essencialmente como valor de uso, não se referindo à sociedade específica do capital, tratando-se de uma teoria generalizante. Dessa forma, ele compreende que é no trabalho e pelo trabalho que o ser social se autorreproduz e a sua capacidade criativa é exercida.

Sendo assim, Lukács destaca dois atos heterogêneos: 1) o conhecimento mais objetivo possível; 2) o “por” das cadeias causais. Ao partir dessas diferenciações, ele afirma existir a “realidade em si” e a “realidade pensada”. Quando o ser social começa a desenvolver a capacidade de pensar sobre a realidade vivida, ocorre uma separação entre sujeito e objeto, no sentido homem-natureza. Isto significa dizer que a dimensão natural, apesar de não ser totalmente eliminada da espécie humana, passa a adquirir outro nível e importância no ser social. Em certa medida, deve-se a um desprendimento, um distanciamento do homem com relação à natureza. No homem essa relação é mediada não só pelo não uso de instrumentos, mas principalmente pela nova relação estabelecida

do ser social na condição de sujeito ativo, enquanto que nos animais essa relação é imediata.

Assim, a categoria apresentada por Lukács - com base em Marx- para a compreensão da totalidade complexa do ser social é a teleologia, expressa na capacidade humana de por uma finalidade em suas ações, na sua consciência, capacidade de realização ao estabelecer uma separação entre sujeito e objeto. Nesse caso, o conhecimento está relacionado à realidade pensada e não apenas vivida. Nas relações sociais, o ser social está diante de possibilidades, que apresentam alternativas e consequentemente decisões não sendo esses resultados instintivos, mas escolhas, ainda que seja sob condições determinadas.

Para Lukács, o trabalho na dimensão ontológica-genética provoca transformações no próprio sujeito, sendo o trabalho nesta atividade o parâmetro central da práxis social, sua gênese. Na relação trabalho-práxis, o autor afirma que o fundamento ontológico estrutural é a teleologia, constituída de posições teleológicas.

A teleologia se relaciona com o trabalho social, origina a necessidade de cooperação e de consciência de grupo e, ao transmitir conhecimento, passa a ser fundamental à própria reprodução social, tornando-se, nesse conjunto, imperativos que surgem a partir do trabalho. O autor didaticamente divide a teleologia em dois tipos: a teleologia primária, que se relaciona diretamente com a natureza; e a teleologia secundária, que está mais próxima da práxis humana.

A partir do distanciamento entre sujeito e objeto, surgem os conceitos da realidade e sua expressão através da linguagem. A linguagem, a palavra e o conceito compõem um complexo que só existe a partir do trabalho. Nesse processo, a partir do trabalho de modo criativo entre homem e natureza e com a complexificação das sociedades, essa relação se estabelece cada vez mais entre os homens. O autor está atento às questões objetivas e também subjetivas que tornam os seres sociais cada vez mais complexos, mais ricos em suas relações. Luckács chama a atenção para a filosofia, a ciência, a religião, a política, a cultura, a moral, como elementos que compõem o amplo conjunto de dimensões da “práxis humana”, o amplo conjunto de ações especificamente humanas.

Sem aprofundar as diversas dimensões e complexos desenvolvidos a partir da categoria trabalho na constituição do ser social, por afastar-se dos objetivos deste texto, destacamos como essencial entender que a capacidade de escolha por finalidades depende das condições socialmente determinadas e que a liberdade humana se amplia na medida em que são ampliadas as possibilidades de escolha. O trabalho assume características

distintas a depender do período histórico. Neste texto enfatizaremos o trabalho na sociedade capitalista por transformá-lo em fonte de produção de riquezas, mas também de pobreza e alienação.

### **O Significado do Trabalho no Capitalismo e Mudanças Ocorridas Pós II Guerra Mundial**

A complexificação do trabalho na sociedade capitalista originaram relações sociais cada vez mais conectadas mundialmente e submetidas a padronizações políticas, econômicas e culturais. Isso indica que o modo de produzir riquezas está inserido numa espécie de engrenagem que envolve estruturas diversas.

Nesse modo de produção e de reprodução social chamado capitalismo os sujeitos passam a estabelecer relações desiguais submetidas à lógica da acumulação, do lucro e concentração de riquezas. Trata-se de um período histórico determinado, em que o trabalho, além de meio de sobrevivência, torna-se fonte de exploração e de subordinação humana, onde própria força de trabalho torna-se mercadoria passando a ter um valor de mercado atribuído. Contudo, nem todos os trabalhadores podem vender a sua força de trabalho, criando o que Marx, no capítulo XXIII de sua obra *O'capital*, uma super população relativa ou um exército industrial de reserva. Atualmente essa população não seria exclusivamente uma reserva industrial, mas um conjunto heterogêneo de trabalhadores dispensados pelo mercado formal de trabalho e incluídos a partir de diferentes modos de precarização e informalidade do trabalho.

Para esclarecer o funcionamento do capitalismo no seu período inicial, Marx (2006) demonstra como a alteração da composição do capital, entendida parcialmente como capital fixo (maquinário, prédios, trabalho coagulado) e capital variável (matéria-prima e força de trabalho) – elementos oriundos da natureza - pode impactar nas condições de vida e sobrevivência dos sujeitos sociais.

A produção e a reprodução ampliada organizada no capitalismo origina um sistema de troca generalizado que utiliza como recurso para a circulação de valor o dinheiro. Esse veículo passou a ser utilizado como um equivalente geral para viabilizar o sistema de troca. A crescente produção e circulação de produtos deu outro sentido ao trabalho humano, que passa a ter como objetivo central a criação de mais-valor e lucro para os capitalistas e para o trabalhador, apenas o meio de subsistência quando possível. O trabalhador deixa de receber parte da sua produção resultante do trabalho, ou seja, sem

meios de produção e dependente dos capitalistas, passa a ser explorado em sua relação de trabalho supostamente “livre”.

Segundo Marx, outros elementos alavacaram a força produtiva no século XIX, o crédito, a centralização dos capitalistas a partir de uma intensa competitividade e acumulação de capitais. O que nos dias atuais, resguardadas as diferenças, assumiram centralidade e hegemonia, ditando as prioridades sociais, incluindo as responsabilidades estatais<sup>2</sup>. Nesse contexto as políticas sociais sofrem impactos retrocessos significativos.

Quando o trabalhador deixa de possuir meios de produção para a sua subsistência, ocorre o aumento da sua subordinação, pois passa a depender da venda da sua força de trabalho para um patrão. Contudo, para que haja lucro, a criação de mais-valor, acumulação e concentração os capitalistas necessitam ampliar a produção, o ciclo de rotação das mercadorias e reduzir o custo com a força de trabalho viva. Nesse processo, Marx demonstra como é produzida progressivamente uma super população relativa ou um exército industrial de reserva, algo jamais superado no capitalismo.

O autor esclarece que na medida em que a composição do capital é alterada, o desemprego e a miséria aumentam. Trata-se de uma construção histórica, não natural, tampouco resultado de uma crise que surge aleatoriamente. Essa dinâmica faz parte da estrutura básica do capitalismo que tendem a se tornar aguda, caso nada seja feito para evitá-la ou suprimi-la.

Para a manutenção do modo de produção capitalista, algumas estratégias foram criadas ao longo da história. O modo de produzir, as tecnologias, a relação com a natureza muito se alterou. Mas os elementos centrais do capitalismo se mantiveram: a propriedade privada, exploração e alienação etc. Trata-se de um modo de produção historicamente gerador de crises. Diante das crises, o capitalismo não apresentou em tempo algum uma solução efetiva, por não haver essa possibilidade. O que ocorreu no máximo, em períodos de expansão, foi a criação de medidas de contenção dos problemas causados por diferentes “expressões da questão social”. De acordo com Mandel (1985) as crises são inerentes ao capital, embora não sejam naturais.

No período após a II Guerra Mundial, nos países considerados de capitalismo central, diante das ameaças do comunismo, resistências e lutas de movimentos operários, os trabalhadores fordistas alcançaram algumas conquistas com relação aos direitos sociais e ao acesso ao emprego. Numa lógica de pleno emprego, produção em massa, havia a

---

<sup>2</sup> Para aprofundamento sobre a mundialização do capital ver François Chenais (1996).

necessidade de o trabalhador produzir, mas também a necessidade de o capital ampliar consumo das mercadorias. Trata-se de um momento permeado de tensões e contradições, mas foi um período de expansão capitalista que incorporou algumas demandas das classes trabalhadoras proporcionando para algumas sociedades a constituição do chamado Estado de Bem Estar Social articulado ao modo de gestão fordista.

Na América Latina essas conquistas sociais e expansão do capitalismo ocorreram de modo diferenciado, foram alcançados alguns avanços, mas muito longe de alçar as conquistas dos países centrais, a inserção na lógica do capital internacional, se dá de modo dependente e subordinado ao grande capital internacional.

No Brasil, alguns direitos foram implementados a partir da expansão da indústria e das reivindicações operárias e sindicais em processos e momentos contraditórios. Podemos citar as legislações trabalhistas, políticas de saúde pública, direitos previdenciários, educação, entre outras e mais tarde com a Constituição de 1988, novas conquistas foram oficializadas na carta magna.

Contudo, paralelamente, ocorre no cenário internacional um contexto de crise que busca, por meio de dirigentes do capital e de seus representantes, solucionar tal questão com recursos advindos do pagamento da dívida externa aos organismos internacionais, no reordenamento do Estado para o fortalecimento do mercado e retrocessos sociais e nos processos de reestruturação produtiva. Nesse momento, o Brasil passa a renegociar as suas dívidas externas sob algumas condicionalidades impostas por organismos internacionais, dentre elas a condição de reconfigurar o papel do Estado, seja privatizando empresas públicas ou redimensionando os investimentos das políticas sociais ampliadas formalmente na Constituição Federal de 1988. Nesse caso, o caso do chamado tripé da seguridade social constituído pela Previdência Social, Saúde Pública e Assistência Social tornou-se ameaçado antes mesmo de se tornar uma realidade.

Segundo Mota (1995) criou-se no Brasil uma cultura da crise, onde o Estado passou a ser alvo de ataque e os direitos sociais tornaram-se novos nichos de mercado, criando a figura do “cidadão consumidor” que seria o que pode pagar pelos seus direitos duplamente, via impostos e mercado, o “cidadão corporativo” que tem acesso aos direitos se estiver inserido no mercado de trabalho formal em postos de emprego que ofereça salários indiretos e o “cidadão pobre” que passa a ser atendido por políticas públicas de modo residual.

O Processo de contrarreforma<sup>3</sup> do Estado iniciado nos anos de 1990, não foi encerrado neste período, recentemente observamos retrocessos ainda mais intensos, sobretudo no que refere aos direitos do trabalho com a reforma trabalhista que garantiu aos empregadores terceirizar todo tipo de atividade laboral, dentre outras perdas e a reforma da previdência social em fase de aprovação. Ambas sob o discurso de ampliação de emprego e garantias futuras implementam justamente o oposto, que consiste na insegurança e ameaça à sobrevivência de milhares de pessoas que buscam viver do fruto do seu trabalho.

### **Reestruturação Produtiva e Retrocessos Para os Trabalhadores**

A crise estrutural do capital originou impactos na organização do trabalho com consequências para a sociedade de forma mais ampla. Desde o período pós segunda guerra mundial até a década de 1970, o padrão tecnológico científico keynesiano-fordista representava as condições necessárias para a manutenção da acumulação, mas não se manteve intacto como era esperado pelos capitalistas devido aos seus limites e contradições<sup>4</sup>.

Para Bhering (2000) acumulação e equidade são incompatíveis do ponto de vista estrutural e assim sendo, a experiência do Welfare State possui um caráter histórico e geopolítico resultante de determinações estruturais e conjunturais, mas também de escolhas de ordem política e econômica. O modelo social-democrata não conseguiu garantir igualdade de condições, nem nos países de maior desenvolvimento, para a autora mencionada esse aspecto pode ser identificado a partir de análises com base no movimento da economia política.

Para Antunes (1999) o enfraquecimento do padrão fordista-keynesiano é uma “expressão fenomênica” da crise do capital em âmbito internacional e não a causa em si, sendo evidenciada no fracasso desse modelo, mas a sua raiz encontra-se nos objetivos centrais do capitalismo que é a maximização de lucro e acumulação.

Houve a manutenção do modo de produção capitalista, mas o padrão de acumulação sofreu modificações, intensificando a exploração do trabalho a partir de

---

<sup>3</sup> Este termo tem sido utilizado por Behring criticamente para esclarecer a natureza das reformas contrárias à classe trabalhadora e não como garantia de direitos.

<sup>4</sup>Antunes (1999) chama a atenção para as divergências de posicionamento da classe trabalhadora em aceitar o pacto keynesiano/fordista e faz uma distinção entre a primeira geração que aceitou as condições negociadas e a segunda que apresentou resistências ao trabalho fabril.



novos meios de extração de mais-valia e condições de realização, configurando o chamado processo de reestruturação produtiva<sup>5</sup>, introduzindo de modo predominante a lógica da gestão toyotista mantendo o trabalho alienado travestidos de maior participação, flexibilidade, valorização e mérito individual.

Esses processos em curso não vêm se efetivando de forma homogênea no cenário mundial, muitos países do terceiro mundo não chegaram a vivenciar o Estado de Bem Estar Social ou o Welfare State e nem atingiram o auge no setor produtivo, nesses casos os impactos da crise e das alternativas de solução ocorreram de forma mais sacrificada, sem serem poupados da política neoliberal e das transformações do trabalho nos diversos setores, tendo como conseqüência o agravamento da “questão social” e mudanças nas formas de enfrentamento de suas expressões com a redução dos orçamentos para as políticas sociais e uso indevido do fundo público, conforme mencionando anteriormente.

É importante considerar as particularidades brasileiras, em virtude de ser um país capitalista periférico que não chegou a obter determinadas conquistas como o pleno emprego, por exemplo, nem sólidos mecanismos de proteção social, como atingiram os países desenvolvidos no período de expansão capitalista. Ainda assim, o Brasil começou a desenvolver com maior intensidade os métodos de acumulação flexível com base no modelo de gestão japonesa na década de 1990, mas as formas de gestão fordistas não foram totalmente superadas, coexistindo no espaço produtivo<sup>6</sup>.

Em síntese, entendemos a reestruturação produtiva como parte de um conjunto de estratégias propostas pelo capital para superar a crise contemporânea resultante da própria contradição capitalista, tendo como pilares básicos, novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho. Para isso, são feitos investimentos em mudanças de ordem econômica, política e cultural, mantendo uma relação entre essas esferas. Trata-se de um processo que articula visceralmente as instâncias e relações políticas do Estado e da sociedade com o mundo da produção de bens e serviços, e com as práticas sociais e culturais organizadoras da sociedade e, a partir desta, as ações das classes (Cardoso e Francisco, 1998, p. 75).

---

<sup>5</sup> O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” o modelo japonês (idem. p. 47).

<sup>6</sup> (...) enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sócio-técnicas no processo produtivo e na organização e no controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços (Antunes, 2006, p. 19).

O que de fato ocorre são transformações e ajustes capazes de garantir aos capitalistas a manutenção de sua condição de classe dominante e dirigente acrescentando novas estratégias para extração de mais-valia e acumulação de lucros, onde os postos de trabalho são reduzidos, mas não são extintos completamente e o mercado formal está íntima e processualmente ligado ao informal<sup>7</sup>.

Observamos essa realidade em trabalhadores de nível escolar básico, mas também, com trabalhadores qualificados com nível superior e pós-graduação, a exemplo dos profissionais de Serviço Social que atuam em empresas, objeto de nossa pesquisa de doutorado realizada em 2015. Na ocasião identificamos mudanças nas contratações das assistentes sociais, mas não só, outros profissionais, sob o argumento da focalização em conhecimentos especializados, passaram a ser terceirizados e quarteirizados por intermédio das chamadas “consultorias externas”.

Nesse modo de contratação há um forte apelo à suposta neutralidade profissional, empreendedorismo, flexibilidade devido à possibilidade de customização dos serviços prestados, oferecendo maior economia para as empresas contratantes dos serviços e maior exploração dos trabalhadores contratados Botão-Gomes (2015, 2018).

Além de destituir direitos do trabalho, intensificar as atividades, apresenta uma série de problemas. A hiperindividualização dos atendimentos que ocorrem na maioria por telefone reforça a lógica o isolamento dos trabalhadores, reduz a autonomia realtiva dos profissionais de Serviço Social e limitam as possibilidades de elaboração de programas e projetos mais efetivos no espaço de trabalho, levando a interpretação de que as questões sociais reveladas no cotidiano dos trabalhadores são de responsabilidade dos mesmos e a empresa contratante fornece um suporte para ajudá-lo a superar seus problemas fora do espaço empresarial para que tenham maior privacidade e o retorno desse investimento será o aumento da produtividade. Aspecto criticado em nossa tese.

Em pesquisas mais recentes, como as de Alves e Linhart (2014), a lógica toyotista intensificada tem causado formas de precarização objetiva e subjetiva dos diversos segmentos de trabalhadores, afetando tanto os que se encontram desempregados, quanto os considerados trabalhadores protegidos, como funcionários públicos, empregados de multinacionais etc. Esses ao aderirem aos princípios segmentos tem sofrido impactos na saúde física e mental decorrente sobretudo, das exigências próprias

---

<sup>7</sup>Tavares (2004) Desenvolve uma reflexão, que nos faz identificar questões e conexões entre formalidade e informalidade, sugere observarmos “Os fios (in) visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho”.

diante da demanda do trabalho e do sentimento de solidão e incapacidade diante das exigências postas pelas metas profissionais. A contradição entre trabalho coletivo-isolamento tem levado muitos trabalhadores ao adoecimento e segundo a autora ao limite do suicídio.

Essas questões não se limitam aos espaços empresariais, trabalhadores das áreas da saúde, empregados de modo precário através de Organizações Sociais (OS's) e outras modalidades de terceirização, têm sido apontados por pesquisas sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais a exemplo, as pesquisas de Café (2019) sobre o trabalho dos assistentes sociais nos Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF) e Figueiredo (2019) investigou o trabalho dos assistentes sociais na Atenção Domiciliar.

Ainda sobre a área da saúde pública, Silva (2017) identificou que o aumento das bolsas para formação em residência em Saúde possui relação com a redução da contratação de profissionais via concurso público. O que por um lado pode favorecer o profissional da área da saúde, por outro se caracteriza como precarização do contrato de trabalho com carga horária extensa e salário inferior aos profissionais com vínculo efetivo.

Santos e Stampa (2019) demonstram a realidade frágil dos contratos de trabalho em outra forma de contratação e acesso profissional ao emprego que se dá por processos de licitação, popularmente conhecidas como “pregão”. A lógica da contratação por “pregão” consiste na ausência das garantias do trabalho, bem como no achatamento salarial, onde o acesso ao mercado de trabalho se dá pelo menor custo da força de trabalho prestada com aparente autonomia profissional.

Considerando essa realidade, Netto (2012) afirma que o capitalismo dá sinais de esgotamento de suas formas civilizatórias, destacando o aumento do desemprego em escala global, a criminalização do pobre, a militarização da vida e a reconfiguração das políticas sociais em ações minimalistas. Questões que certamente afeta a todos, mas certamente, atinge de modo mais endurecido a classe trabalhadora, o que nos impõe uma série de desafios.

## **Considerações Sobre a Heterogeneidade da Classe Trabalhadora e Desafios Atuais**

Frente a esses acontecimentos recentes e à nova morfologia do trabalho a classe trabalhadora encontra-se diante de múltiplas dificuldades. Destacaremos apenas quatro aspectos sem a pretensão de esgotá-los.

A primeira dificuldade que se impõe como tarefa árdua para os trabalhadores é garantir a sua sobrevivência com achatamento salarial e parcas políticas públicas. Pois, ao mesmo tempo em que necessitam acessar serviços básicos via mercado, como exemplo: seguro saúde; fundos privados de pensão; educação; moradia. Essa realidade tem levado milhares de pessoas à condições de vida sub-humanas ou até mesmo à morte.

A segunda dificuldade consiste em realizar o ofício do trabalho com saúde e satisfação tem sido algo cada vez mais difícil, diante dos métodos de gestão adotados com vistas ao aumento da exploração e intensificação do trabalho. Como trabalhar para viver e não viver para trabalhar diante dessa realidade?

A terceira dificuldade se encontra na necessidade de superar a competitividade entre os trabalhadores que ao se depararem com diferentes formas de expropriação dos direitos, inseguranças e incertezas do acesso e permanência no trabalho, no lugar de fortalecimento coletivo vivenciam uma concorrência interna e externa às instituições cada vez mais intensa.

A quarta dificuldade que destacamos, acreditamos ser o desafio central, a identificação de classe diante de segmentos heterogêneos que vivem do seu trabalho, ou seja: trabalhadores formais, informais, com salários pagos de diferentes modos, terceirizados ou até mesmo quarteirizados e destituídos de direitos trabalhistas, desempenhando atividades com um único vínculo profissional ou conjugado aos chamados “bicos”, desempregados, dentre outros. Ao se configurar de modo heterogêneo a classe trabalhadora encontra dificuldade de organização e articulação política para lutar por seus direitos nessa sociedade.

Os quatro aspectos indicados necessitam ser analisados articuladamente, situados no tempo e espaço, sem, contudo romper ou desconsiderar a processualidade histórica das formas de trabalho assumidas em diferentes sociedades. A centralidade do trabalho na vida humana, bem como o modo de apropriação das riquezas geradas por essas atividades distingue a classe em que os sujeitos sociais pertencem, porém, hoje por meio de mecanismos políticos e ideológicos de gestão da força de trabalho, há um esforço de omissão dessas diferenças existentes. Acreditamos ser esse o desafio central para a trabalhadora contemporânea composta por diferentes fragmentos pertencentes a uma unidade, que se encontra na necessidade de viver da venda da sua força de trabalho.

## Referências

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES; Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. *In: ANTUNES Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, G. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez; UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A nova morfologia do trabalho**. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da Servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. Política Social – Módulo 03**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CEFESS /ABEPSS /CEAD-UnB, 2000.

CARDOSO, Isabel Cristina C.; FRANCISCO, Elaine Marlova V. Velhas moedas com novo valor: remuneração e benefícios na moderna empresa capitalista. *In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos, ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

CHENAIS. F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

IAMAMOTO. M.V.; CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

KARL. Marx. **Introdução à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCÁKS. G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LILNHART. L. Modernização e precarização da vida no trabalho. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTA, A. E. **A cultura da crise e seguridade social. Um estudo das tendências da previdência e da assistência social nos anos 80-90**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_; AMARAL A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos, ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS. T. V. C.; STAMPA. I. Contratação por pregão: formas atípicas de trabalho dos assistentes sociais no Brasil recente. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, 2019.